
SOCIOLOGIA FEMINISTA: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE IDENTIFICAÇÕES DISSIDENTES AGENCIADAS EM CONTEXTOS DE ABJEÇÃO

FEMINIST SOCIOLOGY: THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACHES ON DISSIDENT IDENTIFICATIONS AGENCY IN CONTEXTS OF ABJECTION

Rafaela Oliveira Borges¹

<https://orcid.org/0000-0003-0890-5851>
<http://lattes.cnpq.br/9824767539802585>

RESUMO: Este artigo propõe uma discussão teórico-metodológica sobre o desenvolvimento de uma etnografia em diálogo com a teoria feminista dos saberes localizados e a teoria social da sociologia morfogenética. Discute-se como foram analisadas as identificações dissidentes de gênero de personas artísticas interlocutoras, agenciadas em contextos de abjeção no interior do Rio Grande do Sul/Brasil. No decorrer da discussão, ressalta-se como a vinculação entre ontologia feminista, etnografia e teoria social proporciona uma análise que privilegia processos subjetivos, ocorridos através das autoconsciências de si no mundo, quando as experiências de identificação se verificam engendradas pela necessidade de negociação em estruturas socioculturais permeadas por distintas formas de criação da não humanidade. Através da discussão teórico-metodológica, destaca-se, por fim, a relevância da análise sociológica feminista, que possibilita articular as agências humanas e as estruturas socioculturais, com o intuito de oferecer uma compreensão sobre como se reconfiguram, na prática, modos de vida que, através das artes, manifestam maneiras de se viver para além das normas regulatórias de gênero.

Palavras-Chave: Epistemologia feminista; Teoria morfogenética; Identificação; Agenciamento.

ABSTRACT: This article proposes a theoretical-methodological discussion on the development of an ethnography in dialogue with feminist theory of situated knowledges and the social theory of morphogenetic sociology. It discusses how dissident gender identifications of artistic personas, situated in contexts of abjection in the interior of Rio Grande do Sul/Brazil, were analyzed. Throughout

¹ Doutora e Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição. Licenciada em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e cursa Especialização em Ensino de Sociologia na Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). É professora de História na rede estadual de ensino (SEDU), e professora substituta no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: rafaelaoborges@hotmail.com.

the discussion, it highlights how the connection between feminist ontology, ethnography, and social theory provides an analysis that privileges subjective processes, occurring through self-consciousness in the world, when experiences of identification are engendered by the need for negotiation within sociocultural structures permeated by various forms of dehumanization. Finally, through the theoretical-methodological discussion, it underscores the relevance of feminist sociological analysis, which enables the articulation of human agency and sociocultural structures, aiming to offer an understanding of how, in practice, ways of life are reconfigured through the arts, manifesting ways of living beyond gender regulatory norms.

Keywords: Feminist epistemology; Morphogenetic theory; Identification; Agency.

INTRODUÇÃO

Drags são artistas que dão vida a personagens previamente corporificados/as para a representação teatral, bem como para a diversão, experimentação, descoberta de si, elevação da autoestima, entre outros aspectos. Transvestir-se artisticamente, conforme observado, é uma ação realizada por homens, mulheres, travestis, pessoas trans e pessoas não binárias de gênero, de diferentes identidades sexuais. Através das performances que envolvem corporalidades fabricadas, imbuídas dos temperamentos das personas drag, os/as artistas dançam, cantam, dublam, desfilam, posam para fotos e vídeos, manifestando, assim, diferentes expressões artísticas em si e que emanam de si (OLIVEIRA, 2019, 2023). Essas observações foram realizadas em interlocução com Drags de Santa Maria, e suas práticas em torno das sociabilidades, corporalidades, performatividades de gênero e identificações fizeram parte do tema de estudo da pesquisa etnográfica desenvolvida no meu curso de doutoramento, entre os anos de 2019 e 2023 (OLIVEIRA, 2023). Através dessas interlocuções, foram compreendidos modos de vida drag em uma cidade interiorana do Rio Grande do Sul (Brasil).

Este artigo propõe uma discussão teórico-metodológica sobre o desenvolvimento de uma etnografia em diálogo com a teoria feminista dos saberes localizados e a teoria social da sociologia morfogenética. Discute-se como foram analisadas as identificações dissidentes de gênero de personas artísticas interlocutoras, agenciadas em contextos de abjeção. A necessidade de agenciamento contextual e contingente verificada demonstra que, não raras vezes, o fazer de si drag é mal compreendido. Dentre muitos fatores que corroboram para a incompreensão, ressalto as normas regulatórias implícitas que articulam as composições biológicas dos corpos como determinantes das identidades e das expressões de gênero (BUTLER, 2014, LOURO, 2004, GROSSI, 1998). Essas normas buscam regular como são

vividuos os gêneros e as sexualidades e, então, produzem invisibilidades, estigmas e estereótipos sobre identificações dissidentes, em meio às distintas confusões que as definem como iguais (VENCATO, 2003). Tais fatos fazem com que as identificações dissidentes da norma sejam compreendidas, conforme os distintos contextos, como abjetas, não humanas e não enlutáveis (BUTLER, 2010, RODRIGUES, GRUMAN, 2021); pois, a abjeção se materializa também em violências letais e em violências pós-morte (SOUZA et al., 2021), e faz do Brasil um dos países com maior número de homicídios contra travestis e pessoas trans; verificando-se alto índice desse tipo de mortalidade também na cidade de Santa Maria (BALIEIRO, MISKOLCI, 2020). Além disso, recentemente instaurou-se, neste mesmo Brasil, uma espécie de inquisição contra o ensino das questões de gênero e de sexualidade nas escolas, que também visa à erradicação da evasão escolar motivada por homofobias e transfobias (OLIVEIRA, 2018).

Diante desses contextos, é desenvolvida neste artigo a vinculação sugerida por Margaret Scotford Archer (2009), entre ontologia, metodologia explicativa e teoria social prática, para, assim, sugerir a possibilidade de construção de um caminho teórico-metodológico que possibilite a compreensão acerca de como as normas regulatórias em torno dos corpos e dos gêneros são mediadas pelas práticas de agenciamento dos/as interlocutores/as. A conjunção desenvolvida entre ontologia feminista, etnografia e teoria social visa demonstrar possibilidades analíticas que ressaltam processos subjetivos que ocorrem através das autoconsciências de si no mundo, quando as experiências de identificação estão engendradas pela necessidade de negociação em contextos permeados por distintas formas de abjeção. Por fim, através da discussão teórico-metodológica, é ressaltada a relevância da análise sociológica feminista, que possibilita articular as agências humanas e as estruturas socioculturais no intento de compreender como se reconfiguram, na prática, modos de vida que, através das artes, manifestam maneiras de se viver para além das normas regulatórias de gênero e identificação.

SABERES CORPORIFICADOS: PERSPECTIVAS PARA ONTOLOGIAS E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Afirma Harding (2019), que o paradigma em torno da neutralidade valorativa para a obtenção da objetividade maximizada é contestado a partir da constatação de que não há, em contrapartida, neutralidade no que toca as posições e práticas sexistas e androcêntricas nas

pesquisas científicas. A constatação que advém da crítica feminista problematiza a suposta objetividade, traduzida como o ponto de vista dos homens, que selecionam o que são problemas científicos, quais são os conceitos e hipóteses importantes, o que conta como evidência a ser interpretada, e quais as conclusões a serem disseminadas, bem como para quais grupos disseminar os resultados (HARDING, 2019). A crítica demonstra, então, que tal movimento em torno da objetividade maximizada negligencia, dentre muitas coisas, o reconhecimento das mulheres nas problemáticas, assim como dos diferentes grupos sociais considerados minoritários (HARDING, 2019).

A crítica também desnuda os significados usuais encontrados em torno da categoria da objetividade enquanto neutralidade valorativa. Por um lado, em detrimento de uma simples perspectiva metodológica, é afirmado que a objetividade permeada por tencionamento político, sociocultural e econômico é posta em prática como reação a movimentos políticos de amplo alcance, engendrando-se, portanto, uma ciência transformada por governos e indústrias ao isolá-la das problemáticas sociais que emergem; assim, ela pode tanto atuar como impedimento, quanto promoção das perspectivas democráticas na pesquisa (PROCTOR apud HARDING, 2019). Por outro lado, a objetividade é compreendida como um ideal inalcançável para as “mulheres, afro-americanos ou indígenas conhecedores de culturas não ocidentais considerados como sujeitos que tendem a interesses próprios e subjetividade” (HARDING, 2019, p.148). Nesta perspectiva “eles são rejeitados como incapazes de produzir conhecimento confiável que homens, brancos, ocidentais ou algum outro grupo dominante pode supostamente produzir” (HARDING, 2019, p.148).

As críticas feministas que advém das teorias da perspectiva da objetividade forte e da objetividade parcial afirmam que uma mudança de paradigma implica uma mudança nos modos de perscrutar. Expurga-se, para tanto, o ideal da objetividade livre de valores em face da objetividade forte reconhecida de como a ciência é na verdade praticada atualmente no mundo real (HARDING, 2019). A objetividade forte consiste em “uma metodologia, uma epistemologia, uma filosofia da ciência e uma sociologia do conhecimento” (HARDING, 2019, p.147), no qual a questão da objetividade na produção do conhecimento é lida em termos da aplicação de preceitos metodológicos específicos. Tais preceitos desafiam os quadros conceituais dominantes e retomam as problemáticas que impactam a vida cotidiana dos grupos negligenciados. Nesta perspectiva, importa a forma e o projeto de pesquisa e não somente as técnicas para a obtenção de dados, pois “nossas ciências são tudo menos neutras e livres de valores e interesses” (HARDING, 2019, p.151). É nesse sentido que a questão em

torno da objetividade é uma questão para a ciência feminista; portanto, a problemática não se encerra nos preceitos listados por Harding (2019), mas é ampliada partindo da discussão que a objetividade forte engendra, pois “a objetividade forte defende o “conhecimento situado”, para usar as palavras de Donna Haraway” (HARDING, 2019, p. 156).

O movimento desqualificador entre eles e nós que, como denunciado pela crítica feminista, permeia e constitui a construção do conhecimento científico, corrobora na afirmativa de que o “‘eles’ imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios” (HARAWAY, 1995, p.7); e que “o ‘nós’ imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante” (HARAWAY, 1995, p.7). Nesse sentido, é problematizada a objetividade descorporificada e desenvolvida através de uma espécie de “truque mítico de Deus de ver tudo de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p.19), feita por “eles” ultrapassando, assim, a denúncia da crítica feminista como um fim ao desenvolver uma proposta de objetividade corporificada para os projetos científicos feministas e críticos, pois a “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p.18).

Conforme a referida autora, desmistificar o truque mítico implica no reconhecimento da corporificação e da particularidade da visão, ou seja, dos nossos olhares sobre o mundo. Este reconhecimento postula uma perspectiva aplicável e não ingênua sobre a objetividade, priorizando uma escrita feminista que retoma o corpo e, assim, a tecnologia da visão desde algum lugar. De acordo com Haraway (1995, p.21):

precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades.

“Apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva” (HARAWAY, 1995, p.21), e engendra a questão da responsabilidade sobre aquilo que aprendemos a observar. A visão não é passiva, mas um modo ativo de perceber, interpretar e traduzir os modos de vida particulares para, então, produzir conhecimento localizado. Modos de ver corporificados dizem respeito sobre a “elaborada especificidade e diferença e do amoroso cuidado que as

peças têm de ter ao aprender como ver fielmente do ponto de vista do outro” (HARAWAY, 1995, p.22). Somos sujeitas/os constituídas/os de diferentes identificações, e justamente o “eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se a conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história” (HARAWAY, 1995, p.26), pois:

a topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de “estar” simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. (HARAWAY, 1995, p.26-27)

É nesse sentido que, na realização desta etnografia, a tecnologia da visão ocorreu a partir da minha corporalidade marcada e em conexão parcial com Drags, mediante a compreensão da objetividade como racionalidade posicionada para a produção do conhecimento antropológico localizado (HARDING, 2019, HARAWAY, 1995). Como pesquisadora do Sul Global, localizo-me, assim, de forma ontológica e epistemológica, afinada aos feminismos da diferença e aos estudos queer. Com base na insurgência histórica vinculada a demandas de diferentes grupos políticos negligenciados, esses estudos promovem a desestabilização das ontologias e epistemologias canônicas de forma interdisciplinar e produzem perspectivas críticas traduzidas como saberes subalternos ou saberes da diferença (PELÚCIO, 2012, MISKOLCI, 2014).

ETNOGRAFIA DO PARTICULAR CONECTADA COM UM GRUPO DE DRAGS SANTAMARIENSES

Cultura e culturas, essa última em seu sentido relativizado, como conceitos analíticos aprofundam as distinções entre os eus e os outros, e promovem sentidos hierárquicos nas teorizações estabelecidas, como afirmado por Lila Abu-Lughod (2018). Ao retomar a tradição feminista no deslocamento das fronteiras entre si e os outros para questionar o conceito de cultura, afirma a referida autora que se a cultura “escamoteada por coerência, atemporalidade e discernibilidade, é o principal instrumental antropológico para a feitura do “outro”, e se diferença, como notam as feministas, costuma ser uma relação de poder” (ABU-LUGHOD,

2018, p.203-204), podemos, portanto, escrever contra a cultura. Para Cientistas Sociais e Antropólogas/os sensíveis a questões de “posicionalidade e responsabilidade, e que estejam interessados em tornar a prática antropológica algo diferente de um simples escoramento das desigualdades globais” (ABU-LUGHOD, 2018, p.204), há caminhos estratégicos para aquilo que a autora designa como etnografias do particular.

Assim, no desenvolvimento desta etnografia do particular, que possibilita as discussões teórico-metodológicas deste artigo, perscrutei práticas drag afastando-me da coerência atemporal que Cultura ou culturas drag poderiam vir a aludir; práticas desnudam em suas negociações e complexidades os aspectos múltiplos, cambiantes e concorrentes das ações, bem como suas formulações e efeitos práticos (ABU-LUGHOD, 2018). O enfoque nas práticas possibilitou a observação dos diferentes agenciamentos dos/as interlocutores/as perante seus contextos socioculturais, bem como na narrativa etnográfica afastada do processo de outramento ao passo que são ressaltadas similaridades entre todas as vidas cotidianas (ABU-LUGHOD, 2018), pois:

o cotidiano, ao quebrar a coerência e introduzir o tempo, mantém-nos atrelados ao fluxo e à contradição. E os particulares indicam que os outros vivem do mesmo modo como nos vemos vivendo, não como robôs programados por regras “culturais”, mas como pessoas seguindo a vida e amargando decisões, cometendo erros, tentando se manter apresentáveis, suportando tragédias e perdas pessoais, desfrutando da convivência umas das outras e encontrando momentos de felicidade. (ABU-LUGHOD, 2018, p.214-215)

As representações etnográficas são verdades parciais e, portanto, verdades posicionadas e particulares. E para a construção deste tipo de conhecimento, no começo do ano de 2017, adentrei diferentes espaços urbanos que abrigavam outros modos de vida para estar, efetivamente, lá (FAVRET-SAADA, 2005), com as pessoas interlocutoras no circuito de práticas drag. Buscando fatos etnográficos (PEIRANO, 2008, 2014), participei de festas drag e LGBTQIA+ e de eventos relacionados à diversidade na cidade de Santa Maria (RS/Brasil) e região, como paradas de orgulho e concursos de Miss Drag. Entre os anos de 2018 e 2019, entrevistei onze Drags, e entre 2019 e o verão de 2020, observei repetidamente a produção de “montagens” e de vídeos para o Youtube nas residências de Drags. A partir do ano de 2018, e direcionada pelas práticas drag, percorri o referido circuito em seus trajetos, encontros e deslocamentos pelas plataformas digitais do Facebook, Instagram e Youtube. É importante mencionar, ainda, que a referida etnografia, durante o curso de doutoramento, foi desenvolvida no contexto prévio, durante e após as vacinações contra a Covid-19. Tais

caminhos tornaram a etnografia particular e conectada (ABU-LUGHOD, 2018, HINE, 2015, PINK, 2016), com desenvolvimento teórico-metodológico baseado em perspectivas dos estudos feministas e queer (HARAWAY, 1995, BUTLER, 2010).

CORPORALIDADES E IDENTIFICAÇÕES DRAG

Personas drag, através de processos performativos (BUTLER, 2010), incorporam múltiplas representações e identificações culturais materializadas em corporalidades produzidas pelos rituais de “montação” drag, com a intencionalidade das performances artísticas em determinado momento e contexto. Historicamente, homens cis gays personificaram divas do cinema na relação drag queen com as mídias de comunicação de massa. Atualmente, dois aspectos ampliam e coexistem com essa relação histórica: (i) mulheres, travestis, pessoas trans e pessoas não binárias de diferentes identidades sexuais fazem drag em Santa Maria (RS/Brasil); (ii) drags também se identificam com os discursos queer sobre a desestabilização dos gêneros e com as mídias digitais. Tais fatores levaram ao surgimento de drags queer, que demarcam a não-binariedade nas identificações e corporalidades drag, e a “montações” que envolvem a produção de conteúdos, identificações e corporalidades específicas através da interação entre sujeitos/as e plataformas digitais (OLIVEIRA, 2023).

Esses aspectos foram observados através da interlocução etnográfica com Drags santamarienses. A Drag Queen Isabelly Popovick foi minha primeira interlocutora. Seus aprendizados com a “montação” se articulam aos seus estudos para aprimorar-se como cabeleireira e maquiadora. Thaylla Fênix é uma Drag Queen e interlocutora que também trabalha como maquiadora, foi precursora como Drag na década de 2010, em Santa Maria, e idealizadora da festa Drag Night. Magenta Cianureto e Leona Brilha são Drag Queens youtubers; ambas mesclam conhecimentos advindos das suas formações, respectivamente, em Arte e Design e Produção Editorial, na construção da apresentação das suas drags. Micka Valga também desenvolve outros trabalhos e estudos com o seu fazer drag enquanto DJ e estudante do curso de Desenvolvimento de Games; como Magenta e Isabelly, foi fundador/a do Manifesta Coletivo, um coletivo de drags. Micka foi um/a dos/as primeiros/as Drags DJ da cidade e região.

A partir do ano de 2019, conheci outras pessoas interlocutoras, como o Drag Queer Lazúli, que é universitário e trabalha com tatuagem. Também Mia Lestrage, que é uma Drag

Queen universitária, e Lolli Flop, que é uma Drag Queen que trabalha com a docência de artes e teatro. Nas lives da Bapho Drag, no contexto pandêmico, conheci as interlocutoras Kandy Cooper, Lanna Danger e Calíope. A Drag Queen Kandy cursa moda e começou a fazer drag no contexto pandêmico. Lanna Danger é docente de Língua Inglesa e voltou a se montar durante o isolamento social decorrente da referida pandemia; Calíope, que, assim como Kandy, começou a se montar durante a pandemia, é auxiliar administrativa.

Os processos criativos com corporalidades, teatralidades e temporalidades são centrais para a compreensão das experiências drag, pois há a:

temporalidade, porque a drag tem um tempo montada, outro desmontada e, ainda, aquele em que se monta. Diferente de travestis e transexuais, as mudanças no corpo são feitas, de modo geral, com truques e maquiagem. A corporalidade drag é marcada pela teatralidade, perspectiva que é importante para compreender esses sujeitos. (VENCANTO, 2002, p. 11).

E nas diferentes produções drag no tempo histórico, a temporalidade da intenção artística, isto é, o devir entre montar-se e desmontar-se drag, acarreta identificações acionadas para uma persona que é uma criação e uma recriação de si idealizada, multifacetada, desejada e temporária, conforme demonstram as imagens abaixo:

Figura 1- Montar para desmontar. Drag Queen Leona Brilha em Janeiro do ano de 2020.



Fonte: Ensaio fotográfico realizado pela pesquisadora.

Figura 2 - Montação Drag Queen realizada por artista mulher trans e artista homem cis – Isabelly Popovick e Magenta Cianureto em Janeiro do ano de 2020.



Fonte: Ensaio fotográfico realizado pela pesquisadora

É nesse sentido que os gêneros funcionam como um efeito performativo que produz “uma identidade tenuamente construída no tempo, instituída num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2010, p. 200). E essa repetição é parodiada pelos/as interlocutores/as, pois a “performance do drag brinca com a distinção entre a anatomia do/a performista e o gênero que está sendo performado [...] ao imitar o gênero, o drag revela [...] a estrutura imitativa do próprio gênero” (BUTLER, 2010, p. 196).

Em outras palavras, a construção discursiva dos gêneros materializa identificações por intermédio da repetição performativa de atos, sendo o mesmo verdadeiro para os corpos fabricados no e através dos discursos, pois eles “somente surgem, somente perduram, somente vivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores generizados em alto grau” (BUTLER, 2015, p.15). Os gêneros, portanto, precedem os sexos através das normas discursivas; o sexo biológico “não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada de normas” (BUTLER, 2001, p.154). Assim, é sobre as múltiplas possibilidades de identificações em torno das expressões de gênero e das produções de diferenças contingentes e históricas, bem como sobre as condições de deslocamentos no mundo das/os sujeitas/os compreendidas/os como figuras discursivas que se indaga, afinal, por que algumas identificações de gênero incorporadas e corporificadas são marcadas como não humanas nesta produção de identificações e diferenças que implicam incluir e excluir o mais ou o menos humano?

PARÓDIAS COM OS GÊNEROS, PARÓDIAS COM AS NORMAS

A naturalização e a normalização das identificações de gênero ocasionam incompreensões sobre o que é fazer e ser drag também neste campo de pesquisa. A atribuição de gênero ao sexo biológico desde a gestação do feto humano torna incompreensível, quando não repugnante, a existência de identificações e modos de vida que escampam às normas regulatórias de gênero das sociedades (BUTLER, 2014, LOURO, 2004, GROSSI, 1998). Sob outra perspectiva que não a da normalização, é possível compreender que o “gênero requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinar específico” (BUTLER, 2014, p.252) e, assim, “sob o padrão comum implícito da normalização” (BUTLER, 2014, p.252), produz normas que engessam modos de vida baseados em identificações ao padronizarem experiências. O regime regulador engendra a inteligibilidade social da ação impondo aspectos de legibilidade sobre o social, bem como parâmetros do que vai ou não ser reconhecido como de domínio do social (BUTLER, 2014).

Normas suscitam, então, paradoxos ao assegurar que estar fora da norma é ser definido em relação a ela própria (BUTLER, 2014). O gênero é o mecanismo pelo qual a “produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2014, p.253). Não considerar tal mecanismo retira o fato crítico de que essa produção forçosamente “coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo” (BUTLER, 2014, p.253). É nesse sentido que as pessoas trans, não binárias de gênero e artistas que trabalham com distintas expressões e contestações de gênero vivem o paradoxo da norma. Ao cruzarem as fronteiras inteligíveis da matriz heterossexual, em que sexo, gênero e desejo são pensados em uma sequência lógica, imutável e natural, tornando a heterossexualidade destino compulsório, tornam-se abjetas em distintos contextos (BUTLER, 2010).

As referidas normas buscam conformar em uma ordem heteronormativa os corpos, os gêneros e as sexualidades. No entanto, parte-se da perspectiva de que não somos “robôs programados por regras culturais” (ABU-LUGHOD, 2018, p.214-215), pois há vidas que escapam às normas através dos agenciamentos de si. E na constante dialética que caracteriza a experiência humana no mundo (ARCHER, 2000, 2009), pode-se refletir para além do contexto de sujeição ao focar nas práticas cotidianas que, neste caso, promovem existências

e resistências das corporalidades e identificações que manifestam por meio da arte outras maneiras de se viver os gêneros. Assim, antes da ênfase nos processos de agenciamentos acerca das identificações drag, é destacado abaixo como a analítica é construída quando vinculadas ontologia, metodologia e teoria prática.

AGENCIAMENTOS DRAG ANALISADOS ATRAVÉS DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

De acordo com Archer (2009), as relações entre os indivíduos e as sociedades engendram a problemática fundamental das Ciências Sociais desde seus primórdios; sobre tal problemática afirma que “somos simultaneamente livres e restringidos, tendo alguma consciência disso” (ARCHER, 2009, p.29) e que essa ambivalência de sentimentos advém da natureza da reflexividade humana e da natureza da realidade social. Ao reconhecer e reconciliar esses dois aspectos em torno da experiência humana no mundo, a referida autora desenvolve adequações para a teoria social e cultural contemporânea, a partir do paradigma teórico do realismo crítico, elabora abordagem teórica que presta ênfase na produção do conhecimento não conflacionário, pois a confluência privilegia tanto o estudo das agências humanas em detrimento das estruturas sociais, quanto confere primazia às estruturas sociais em relação às agências humanas nas análises (ARCHER, 2009).

Na teoria social de Durkheim (2007), a sociedade foi definida como uma totalidade e, assim, argumentou-se um fato social em referência a outro fato social; e, pela ausência de referências, as motivações individuais são caracterizadas como teorias sociais holistas. Tais teorias engendram a confluência descendente, pois a resolução do problema entre estrutura e agência, ou sociedade e indivíduo, faz da agência um epifenômeno (ARCHER, 2009). Já em Weber (2009), argumenta-se sobre a centralidade dos indivíduos e das suas ações na constituição da realidade social. A teorização social promovida pelo individualismo metodológico caracteriza-se pela confluência ascendente, aqui, fazendo da estrutura um epifenômeno (ARCHER, 2009). Ademais, debate semelhante fora proposto por Bourdieu (1994); sua proposta em torno da relação mútua e dialética entre agência e estrutura acabou por favorecer uma confluência central, anulando, portanto, as características próprias de cada um dos campos (ARCHER, 2009).

Ainda sobre a primazia de um dos campos de análise sobre o outro, é ressaltado que os primeiros intentos em conceituar tal questão acabaram por produzir ontologias que divergem

e evitam o encontro da ambivalência da realidade social (ARCHER, 2009). Essas ontologias são caracterizadas como a ciência da sociedade, ou o coletivismo baseado no holismo metodológico, e o estudo do humano, ou o individualismo pautado no individualismo metodológico. A primeira ontologia “nega a importância da constituição humana da sociedade, a segunda anula a importância do que é, foi e será constituído como sociedade no processo de interação humana” (ARCHER, 2009, p.30). Frente a tal fato, destaca a autora que toda ontologia social tem implicações para a metodologia explicativa em que se apoia. Assim, argumenta como imprescindível a vinculação entre ontologia, metodologia e teoria prática, pois “em qualquer campo de estudo, a natureza do que existe deve relacionar-se com a maneira como o estuda” (ARCHER, 2009, p.48).

Para vincular ontologia, metodologia e teoria, parte-se do enfoque morfogenético proposto pela autora. De acordo com Archer (2009, p.34), o elemento morfo é um “reconhecimento do fato de que a sociedade não tem uma forma pré-decida [...] a parte genética é um reconhecimento de que a sociedade toma sua forma e essa é formada por seus agentes”. Nesse sentido, somente rejeitando os termos do debate tradicional é que se pode evitar a confluência. Para tanto, faz-se necessária a separação analítica entre a agência e a estrutura para o reconhecimento das características próprias de ambas, pois as estruturas e as agências possuem propriedades autônomas e emergentes (ARCHER, 2009). Logo, ao compreender-se ontologicamente o mundo social como estratificado e caracterizado pelas propriedades emergentes das estruturas e das agências tornam-se, tanto as agências humanas, quanto as estruturas sociais irreduzíveis uma a outra e temporalmente diferentes frente à preexistência das estruturas e a posterioridade das estruturas e das agências (ARCHER, 2009). A teoria morfogenética, portanto, enfoca na emergência, na reprodução e na transformação da esfera sociocultural, e permite tornar compreensível como as estruturas socioculturais são mediadas pelas agências humanas.

Para a análise dos agenciamentos das identificações dissidentes de gênero à luz da teoria morfogenética, é vinculada a ontologia e a epistemologia que compreende o tema do conhecimento como “um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’” (HARAWAY, 1995, p.36). Parafraseando a autora, o enfoque nas agências dos/as interlocutores/as transforma o projeto da teoria produzida, evitando a reificação das normas regulatórias da sociedade sobre aquilo que desejamos compreender em suas práticas cotidianas (HARAWAY, 1995), sejam elas

reprodutoras ou subversivas; pois são as contingências que informam como são mediadas as estruturas sociais. Ademais, a metodologia que enfoca nas práticas (ABUH-LUGHOD, 2018) corrobora na observação e na análise dos agenciamentos humanos em suas complexidades, percepções e negociações com o mundo de forma contextual, novamente sem pressupor que as regras socioculturais encerram as possibilidades das diferentes ações humanas. Assim, nas ontologias feministas, queer e emergentistas, as interlocuções entre as práticas humanas e as estruturas socioculturais são analisadas através das suas propriedades autônomas e emergentes (HARAWAY, 1995, ABUH-LUGHOD, 2018, BUTLER, 2010, ARCHER, 2009).

IDENTIFICAÇÕES, DIFERENÇAS E ABJEÇÕES

As coisas e as coisas digitais, em suas materialidades, constroem corporalidades. Essas corporalidades, montadas e desmontadas para performances, materializam personas artísticas, conforme as diferentes identificações das pessoas que fazem drag. Quanto à origem das identidades, há perspectivas que compreendem a identidade como um fenômeno singular e imutável, ignorando o fato de que as práticas sociais e culturais aprofundam-se na configuração de formação das identidades. Entretanto, a contraposição reside no reconhecimento de que nossas identidades se relacionam com a consolidação temporal de diferentes identificações, formadas a partir das representações culturais, isto é, com as culturas de determinadas sociedades e tempos históricos (HALL, 1997, 2006). Personas artísticas constituem parte das identificações das pessoas que fazem drag, fato que é argumentado tanto como exemplo do caráter imitativo das performatividades de gênero (BUTLER, 2010), quanto da formação dos/as sujeitos/as através de múltiplas identificações culturais acionadas conforme intencionalidades e contextos (HALL, 2006).

Porém, em sociedades que hierarquizam e classificam as pessoas através das relações de poder, as identificações heteronormativas, afirmadas pelos discursos da normalização, demarcam a diferença das identificações lidas como dissidentes. Nestas classificações, as dissidências das normas de gênero ocasionam identificações abjetas, que se encontram “apartadas da esfera social, habitando zonas de margem, de fronteira, áreas de exclusão, onde o que se oferece são formas cotidianas de reiterar a ausência de inteligibilidade social e cultural” (RODRIGUES, GRUMAN, 2021, p. 68). No entanto, seria difícil considerar que toda vida é uma vida abjeta, em todos os lugares, em todas as interações e situações, a

qualquer tempo. A abjeção, como uma produção contingente, funda-se neste movimento de exclusão contextual e informa que:

é na criação do abjeto que se funda essa fronteira, de forma que o abjeto, ainda que de forma aparentemente contraditória, é a própria demarcação, o elemento que funda o limite e vive para além dessa fronteira. É fundamental notar que, na dialética sujeição-abjeção, o abjeto é necessariamente contingente. Isto é, não tem estatuto ontológico, essência determinada ou características que o definem de forma transcendental e imutável, pois existe apenas em sua relação com o sujeito e com os parâmetros de subjetivação aceitos, aos quais tanto sujeitos quanto abjetos estão submetidos (RODRIGUES, GRUMAN, 2021, p. 69).

É nesse sentido que os processos que originam abjeções implicam em possibilidades de desvelamento das normas e, então, de problematização da inteligibilidade como uma construção que inclui e exclui determinadas humanidades (BUTLER, 2014, 2010). Para tanto, é na relação com os agenciamentos de identificações de gênero em determinadas estruturas socioculturais históricas que as abjeções são destacadas em suas contingências. Assim, na construção discursiva de identificações, experiências são historicizadas (SCOTT, 1998), ao concordar que as corporalidades e as identificações não são dotadas de essências, mas de tecnologias e efeitos que materializam as diferenças através das interações humanas no mundo de forma contextual (M'CHAREK, 2010).

Uma questão relevante refere-se a como são acionadas e agenciadas as identificações na relação entre pessoa e persona drag, especialmente através dos processos subjetivos que surgem das autoconsciências de si no mundo, quando há necessidade de negociação em contextos permeados por distintas formas de abjeção. Em uma entrevista concedida em 2009, um interlocutor demonstrou sua tentativa inicial de desvincular-se da persona ao afirmar: “não sou Lanna Danger, eu a interpreto”. A ruptura intencional entre as identificações na experiência do interlocutor revela que:

eu queria me despir da Lanna no passado; eu queria que as pessoas pudessem separar as duas coisas. Por inúmeras vezes, quando eu estava com um “crush” e alguém chegava e dizia: “Oi, Lanna”, isso me desmontava por dentro, pois eu sabia que a pessoa que estava conhecendo na ocasião não falaria mais comigo no dia seguinte. As roupas e a maquiagem ditavam a minha identidade do dia, porém a identificação era absolutamente a mesma para ambos. (Entrevista realizada com Lanna Danger - maio de 2023)

A busca das pessoas que fazem drag por diferenciar suas experiências das de outras pessoas transgêneros, como a travesti e a transexual, historicamente confundidas como iguais

e associadas ao mercado do sexo, está ligada também ao medo do impacto negativo nos relacionamentos afetivos e sexuais. Ainda nesta reflexão o interlocutor afirma que:

por muitos anos eu criei estratégias para que não descobrissem que eu me montava de drag. Eu não era seguro de mim; acredito que ainda não sou 100%, tenho vários gatilhos que preciso superar. O principal da época e dos dias atuais diz respeito a relacionamento. Por várias vezes fui deixado de lado por ser drag, a ponto de, em mais de sete ocasiões em que eu estava em um processo de relacionamento, a Lanna era descoberta e tudo ia por água abaixo. Por isso, eu tentava ferozmente esconder a Lanna, procurava não fazer mais show na minha cidade, e no Orkut (extinta rede social) éramos pessoas distintas, um não seguia o outro etc. Eu tive que escolher, me colocar em primeiro lugar, assumi a Lanna de vez; coincidência ou não, estou com 35 anos e nunca namorei. Hoje em dia não impacta em absolutamente nada. Há alguns anos, resolvi comigo essas questões. Saliento que o relacionamento ainda não está totalmente resolvido comigo. Eu ainda sinto um desconforto em falar para um “crush” que faço drag; acredito que seja por essas várias experiências negativas que tive. Mesmo assim, a regra é clara: ou leva as duas ou não leva ninguém. (Entrevista realizada com Lanna Danger - maio de 2023)

Com o tempo, através da autoconsciência adquirida, alguns medos foram superados, e outros persistam. Hoje, o interlocutor não busca mais essa ruptura, pois entende que:

a identidade de uma pessoa está atrelada à identificação; consiste em todas as situações às quais nos expomos com o passar dos anos. Eu ainda estou constituindo a minha identidade, bebendo da fonte de várias inspirações. Mesmo assim, acredito que somos como o monstro do Frankenstein: uma identidade que ganhamos de fábrica, mas moldamos essa identidade com vários pedaços que encontramos nas nossas andanças. Hoje, eu entendo que o Franklin e a Lanna são um só. (Entrevista realizada com Lanna Danger - maio de 2023)

Embora as pessoas interlocutoras a exemplo de Lanna Danger tenham desenvolvido autoconsciências sobre a possibilidade de não ruptura entre as experiências “montada” e “desmontada”, ou seja, entre a pessoa e a persona, ainda há a necessidade de agenciamento para que algumas de suas identificações possam ser realizadas publicamente. Para a análise da construção e agenciamento das identificações, o quadro abaixo oferece uma visualização analítica:

Quadro 1: Perfil das pessoas interlocutoras acerca das suas identificações agenciadas

Isabelly Popovick	Thaylla Fênix	Magenta Cianureto	Leona Brilha
Transformista ou Drag Queen	Transformista Drag Queen	Drag Queen Youtuber	Drag Queen Youtuber
Mulher Trans	Homem Cis	Homem Cis	Homem Cis
Identificações públicas	Identificações públicas	Identificações negociadas	Identificações públicas

Não separa identificações	Não separa identificações	Não separa identificações	Não separa identificações
Micka Valga	Lázuli	Lolli Flop	Mia Lestrage
Drag DJ e criadora de filtros	Drag Queer	Drag Queen produtora cultural	Drag Queen produtora cultural
Homem Cis	Pessoa não binária de gênero	Homem Cis	Homem Cis
Identificações negociadas	Identificações públicas	Identificações negociadas	Identificações negociadas
Não separa identificações	Não separa identificações	Não separa identificações	Não separa identificações
Kandy Cooper	Lanna Danger	Loretta Cornish	Calíope
Drag Fashionista	Drag Queen Top Drag	Drag Fashionista	Drag Fashionista
Homem Cis	Homem Cis	Homem Cis	Mulher trans
Identificações públicas	Identificações negociadas	Identificações públicas	Identificações públicas
Não separa identificações	Não separa identificações	Não separa identificações	Não separa identificações

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O quadro acima demonstra como as identificações são agenciadas pelas pessoas interlocutoras ao informar: (I) o nome artístico da persona; (II) a identificação drag; (III) a identificação de gênero da pessoa; (IV) identificações públicas designando que não há a ocultação das identificações corporificadas da pessoa e da persona; (V) identificações negociadas, designando que há o ocultamento das identificações corporificadas da persona conforme os diferentes lugares coabitados; (VI) não separa identificações, designando que as identificações das pessoas e das personas formam um contínuo de identificações acionadas em contextos específicos, conforme intencionalidades artísticas.

Assim, nesse processo de identificação e produção das diferenças, algumas interlocutoras descobriram sua identidade como mulheres trans por meio das experimentações drag. Ao se identificar como mulher trans, transformista, drag queen, periférica e profissional autônoma, uma das interlocutoras agencia esses e outros marcadores sociais da diferença (BRAH, 2006), corporificados em si nos diferentes espaços *on-offline* e nos círculos de sociabilidade que fazem parte de seu cotidiano. Ela afirma que começou a fazer drag a partir da sugestão de uma amiga transformista drag queen, que viu na prática artística uma maneira de iniciar as negociações com a família para que pudesse, posteriormente, ser aceita e reconhecida também como a mulher trans que sempre foi, mas que ainda precisava, em suas palavras, “sair do casulo oficialmente”.

Para um interlocutor que se identifica como pessoa não binária de gênero e universitário, foi ao fazer drag queen, e posteriormente drag queer, que vivenciou experiências que o levaram a se identificar como pessoa não binária. Em suas narrativas, ele afirma que o fazer artístico, envolvendo performatividades e performances, possibilitou compreensões sobre as possibilidades de agenciamento de si, e, assim, de suas identificações, por meio de processos que envolveram negociações consigo mesmo, seguidas pelos círculos familiares e sociais dos quais participa. Em suas palavras: “ser e fazer drag foi essencial para a descoberta dos meus eus”. Atualmente, tanto as interlocutoras trans quanto o interlocutor não binário de gênero têm suas identificações públicas, tanto de suas pessoas quanto de suas personas.

Outras pessoas entrevistadas nesta pesquisa, homens cis, drag queens, youtubers, DJs, produtores culturais, universitários ou com ensino superior completo, optam por manter em segredo o fato de serem drags perante suas famílias consanguíneas, não comunicando suas personas artísticas nesse círculo social. Eles argumentam que o principal motivo para essa ocultação é a confusão com a identificação travesti ou trans, que é constantemente rejeitada em famílias com visões religiosas que não aceitam dissidências, especialmente de gênero. Nesse contexto, assumir-se homossexual foi, em alguma medida, possível perante as mesmas famílias, enquanto assumir-se drag é atualmente impensável devido à represália ainda persistente. Além disso, há interlocutores que são homens cis, top drags, drag queens youtubers, com ensino superior completo, que buscam negociar a prática drag com a família, utilizando argumentos como o pagamento de cachês para as performances, mesmo sabendo que essas oportunidades são raras na cidade de Santa Maria, RS/Brasil. Eles também enfatizam a natureza teatral e transitória da experiência drag como uma forma de viver suas personas artísticas com o conhecimento parcial da família, evitando informar parentes distantes sobre a prática drag.

Por outro lado, há interlocutores que também são homens cis, transformistas, drag queens, youtubers, fashionistas, com ensino superior ou médio completo, que vivem suas experimentações drag com o apoio da família e ressaltam que as negociações foram mais efetivas graças à relação empática previamente construída. Pais e mães passam a ter dois filhos/filhas e adoram isso; em conversas com esses pais, a afirmação “essa é minha filhinha também” foi invocada como um gesto de aprovação da experimentação dissidente através do fazer drag pelos filhos. Esses pais também demonstram cuidado com os filhos diversos, cientes de que a compreensão que tiveram não é a regra. Em um caso específico, é tradição

familiar que a persona transformista drag esteja presente nas festas de fim de ano, como Natal e Ano Novo, “montada”.

É nesse sentido que a necessidade de negociação se torna uma autoconsciência adquirida, partindo das abjeções experimentadas, que, em alguns casos, também é dirigida a si mesmo. Isso ocorre porque as compreensões e aceitações de si na dissidência são graduais em face da diferença, como a materialização da identificação alvo de repulsa. Dentre os diversos círculos sociais dos quais fazem parte, as famílias consanguíneas ou afetivas constituem os eixos de sociabilidade que mais necessitam de negociação para que se possa viver na dissidência da norma. Em algumas negociações, foram recorrentes diversos episódios de incompreensão familiar, materializados em violências simbólicas e físicas. A necessidade de negociar nesse ambiente diminui à medida que se adquire o direito de ser dissidente de gênero perante a família. No entanto, há outras negociações que implicam tanto a monetização quanto o segredo da persona drag frente à repreensão em relação a qualquer identificação dissidente de gênero no seio familiar.

A trajetória escolar e acadêmica também manifesta diferentes episódios de negociação frente à abjeção das identificações de gênero e sexuais dissidentes. De acordo com Calíope, e antes mesmo de fazer drag, “na escola já sofria com piadas; já fui agredida por um colega na saída da escola. Foi um fato muito traumático para mim, depois desse episódio, apenas ofensas verbais como piadinhas na rua, etc.”. Para outra interlocutora, a infância e a escola, para crianças não heterossexuais, informam que:

para quem já dá sinais de que tem tendência a ser gay, são muito tristes. Eu não tive a possibilidade de me descobrir, de ter o meu tempo de entender o que se passava comigo, fui arrancado à força do tal armário de que todos falam. Eu sempre fui afeminado, sempre houve identificação com o feminino, porém nunca me senti uma mulher. A escola foi o pior processo; desse espaço eu ainda guardo lembranças, situações, humilhações, descobertas, desejos velados... Um professor, certa vez, mentiu para a minha mãe, dizendo que eu me recusei a participar da aula e que teria ficado a aula toda lixando a unha e enrolando o cabelo. Ainda hoje me pergunto se fiz aquilo mesmo, porém não encontro registros de que realmente aconteceu. Minha mãe, que obviamente acreditou no professor, decidiu me colocar em uma psicóloga. Perguntei inúmeras vezes o motivo de estar indo à psicóloga toda semana, e ela apenas me informou que era porque eu tinha medo de escuro; acontece que nunca tive medo de escuro na vida... Esse fato narrado pelo professor nunca aconteceu, eu nunca tive o hábito de lixar unhas; ele se incomodava com o meu jeito de ser e falar. Anos depois, tive o “privilégio” de trabalhar na mesma escola que ele, agora em um papel igualitário de professor. Foi aí que entendi tudo. (Lanna Danger – maio de 2023).

E a escola, enquanto ambiente de trabalho, também não garante segurança para todas as identificações, já que:

quanto a colegas de trabalho, são bem poucos os que sabem da minha drag, pois não considero pertinente a informação; não que eu a omita, caso seja perguntado, mas não julgo relevante na relação que me proponho a ter com aquelas pessoas. Além disso, considero um espaço composto por muitas pessoas com atitudes falsas, logo, não faço questão de trazer à tona algo tão vulnerável e importante para mim como a arte drag, para um espaço que me suscita tanta insegurança e violência. (Lolli Flop – maio de 2023).

Ambientes escolares, de trabalho e de sociabilidades diversas engendram, portanto, a negociação reiterada da passabilidade (DUQUE, 2020); são ambientes formados por territórios cujas zonas são mapeadas como inteligíveis ou não inteligíveis para “dar pinta”, ou seja, para promover a existência visível ou não da dissidência da norma em si. Os espaços urbanos mapeados como “héteros” são considerados os mais perigosos para se coabitar e, inclusive, são evitados; no entanto, para Micka, “qualquer lugar não é seguro, pois nunca sabemos a índole das pessoas [...] pode muito bem haver alguém se fazendo de bonzinho para adentrar em um espaço que se vende como seguro e praticar maldades”. E, apesar de evitar “sair montada por medo, do bairro de casa até qualquer lugar que for caminhando pelas ruas”, Kandy destaca ainda que, nos percursos, escuta “as famosas piadinhas aqui e ali; mas, para mim, a maior prova de preconceito é quando estou aguardando o Uber para ir a algum evento/show e o motorista cancela quando vê que é drag queen”. Lolli Flop destaca as tentativas de assédio: “uma vez, foi retornando para casa, no táxi, depois de uma festa. O taxista pediu para ver o que havia embaixo da minha roupa, e eu falei que não era para isso que ele estava ali”. Além disso, para Lolli Flop, os trajetos pela cidade de Santa Maria a fizeram refletir que:

estamos falando de uma cidade com muitos espaços para lazer noturno, como bares, pubs, baladas, etc. Porém, nenhum deles se apresenta como LGBT-friendly (espaços de sociabilidades heterossexuais abertos a sociabilidades LGBTQIA+) e isso faz com que não nos sintamos seguros para frequentá-los. Numa cidade como a nossa, em que pessoas LGBT já foram espancadas em frente a bares e não foram socorridas nem por trabalhadores, muito menos por frequentadores do local, com pessoas trans sendo mortas nas esquinas e nada sendo feito pela segurança dessa população, sair montado se torna perigoso; ainda mais quando nos damos conta de que, para a montagem, utilizamos diversos apetrechos que dificultam nossa locomoção e autodefesa, como peruca, salto, espartilho, entre outros. (Lolli Flop – maio de 2023)

Nesse sentido, mesmo que para algumas pessoas interlocutoras as negociações consigo mesmas e com suas famílias tenham sido efetivadas, sejam negociações de desvelamento ou ocultamento do fazer drag, o mesmo não ocorre em outros círculos sociais, lugares de estudo e trabalho, trajetos urbanos e lugares de sociabilidade *on-offline* diversos que sempre precisam ser pensados e negociados para que se possa coabitar com segurança. Assim, aprender a fazer de si drag implica o aprendizado de práticas sobre a corporificação e a teatralização em torno dos gêneros para dar vida a personas artísticas, bem como a conjugação desses saberes às autoconsciências de si como pessoas com identificações dissidentes da norma que, em diferentes contextos, necessitam mediar situações frente à contingência da abjeção para, segundo interlocutores/as, “continuarem existindo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propôs-se uma discussão teórico-metodológica sobre o desenvolvimento de uma etnografia em diálogo com a teoria feminista dos saberes localizados e a teoria social da sociologia morfogenética. Desenvolvendo, de forma textual e analítica, a vinculação sugerida por Margaret Scotford Archer (2009) entre ontologia, metodologia explicativa e teoria social prática, buscou-se sugerir a construção de um caminho teórico-metodológico capaz de compreender como as normas regulatórias em torno dos corpos e dos gêneros são mediadas pelas práticas de agenciamento dos/as interlocutores/as de nossas pesquisas. Assim, ao conectar ontologia e epistemologia feminista, etnografia do particular conectada e teoria morfogenética, foi demonstrado como na constante dialética que caracteriza a experiência humana no mundo (ARCHER, 2000, 2009), é possível refletir para além do contexto de sujeição de diversos grupos sociais. Através da discussão argumento sobre a relevância da análise sociológica feminista, que possibilita articular as agências humanas e as estruturas socioculturais, com o intuito de oferecer uma compreensão sobre como se reconfiguram, na prática, modos de vida que, através das artes, manifestam maneiras de se viver para além das normas regulatórias de gênero.

A “descoberta dos meus eus” afirmada por interlocutor nos diz sobre a experiência humana na realidade social, que no contexto da abjeção é primeiramente negociada consigo e de forma posterior e constante com os outros. Mesmo que em alguma medida ainda há a experiência do armário, aqui parafraseando Sedgwick (2007), sobre as identificações dissidentes de gênero para algumas pessoas interlocutoras, há também o constante jogo com

as zonas de passabilidade possíveis, atribuindo-se tal fato as autoconsciências de si que também são políticas, mesmo que o político seja possível entre lugares. Logo, o que é negociado não é a fragmentação das identificações, já que atualmente as pessoas interlocutoras compreendem que as suas identificações, como pessoas e personas, são contínuas mesmo que acionadas de forma intencional e contextual, mas com as pessoas de diversas relações sociais e com os lugares de sociabilidades *on-offline* que irão promover a existência visível das suas experimentações dissidentes quando corporificam através das múltiplas identificações suas personas drag.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lia. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, Natal, v.5, n.8, 2018, p. 193-226.
- ARCHER, Margaret Scotford. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia*, Recife, v.2, n. 6, 2000, p. 51-75.
- ARCHER, Margaret Scotford. *Teoría social realista: el enfoque morfogenético*. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; MISKOLCI, Richard. Morte em Santa Maria: cidade vive escalada de violência de gênero. Sul21, 9 de Jan. 2020. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2020/01/morte-em-santa-maria-cidade-vive-escalada-de-violencia-de-genero-por-fernando-de-figueiredo-balieiro-e-richard-miskolci/>> Acesso em: 5 de Nov. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, 2006, p. 329-376.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.151-172.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, 2014, p. 249-274.
- BUTLER, Judith. Corpos que importam/Bodies that matter. *Sapere Aude*, Minas Gerais v. 6, n. 11, 2015, p. 12-16.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUQUE, Tiago. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. *História Revista*, Goiânia, v. 25, n. 3, 2020, p. 32-50.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.13, n.13, 2005, p. 155-161.

GROSSI, Miriam. Pillar. Identidade de Gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, 1998, p. 1-18.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. *Em construção*, Rio de Janeiro, n.5, 2019, p. 143-162.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, 1995, p.7-41.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997, p. 15-46.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HINE, Christine. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. Huntingdon: Bloomsbury Publishing, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Periódicos*, v.1, n.1, 2014, p. 1-25.

M'CHAREK, A. Fragile differences, relational effects: stories about the materiality of race and sex. *European Journal of Women's Studies*, Thousand Oaks, v. 17, n. 4, 2010, p. 307-322.

OLIVEIRA, Rafaela Borges; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. Rio de Janeiro: *Rev. Bras. Educ.*, v. 23, 2018.

OLIVEIRA, Rafaela Borges. *Tem babado novo na rede: um mergulho no circuito Drag on-offline de Santa Maria/RS*. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

OLIVEIRA, Rafaela Borges. *Devires drag mediados pelas tecnologias digitais: corporalidades e identificações no interior do Rio Grande do Sul*. 2023. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, São Paulo, n.2, 2008, p. 1-11.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horiz. Antropol.* Porto Alegre, v.20, n.42, 2014, p. 377-391.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, v.2, n.2, 2012, p. 395-418.
- PINK, Sarah, et al.,. *Etnografía digital: Principios y práctica*. Madrid: Morata, 2016.
- RODRIGUES, Carla, GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário Antropológico*, Brasília, v.46 n.3, 2021, p. 67-84.
- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1998.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, 2007, p. 19-54.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.37, n. 5, 2021, p. 1-11.
- VENCATO, Anna. Paula. *Fervendo com as drags: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina*. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- VENCATO, Anna Paula. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18-19, 2003, p. 187-215.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade - Fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora UNB, 2009.